

TOPOGRAFIA E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: REPRESENTAÇÕES E MECANISMOS DE PODER NA CIDADE MEDIEVAL

Cybele Crossetti de Almeida

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar, por meio da prosopografia, as relações e as representações de poder na cidade de Colônia, Alemanha, na Idade Média tardia.¹ A prosopografia é, no Brasil, um método ainda pouco utilizado, que pode ser explicado sucintamente como a análise de grupos e instituições através da montagem de biografias coletivas.² Neste tipo de estudo, são de interesse central questões como ligações familiares e matrimoniais, de vizinhança, relações de clientela etc. Devido ao fato de que estudos em prosopografia medieval geralmente se ocupam de longos períodos de tempo, as fontes seriais³ estão entre as mais utilizadas devido à possibilidade de acompanhamento, através de várias gerações, de desenvolvimentos tais como ascensão e declínio de famílias, grupos ou instituições. No trabalho que desenvolvo, destaca-se o grupo de fontes referentes ao registro de imóveis, *Schreinsbücher*,⁴ que fornece dados econômicos, abre a possibilidade de reconstruir genealogias e observar mudanças nas estruturas familiares, além de permitir um olhar sobre as mentalidades e os valores de determinados grupos. E, tratando-se de registros de bens imóveis – e negociações que os tinham como base –, abrem também a possibilidade de reconstruir o meio social e as relações de poder e vizinhança.

Apesar da sua inegável importância, há uma série de dificuldades no trabalho com os *Schreinsbücher*. A primeira é o próprio volume de material. O arquivo histórico da cidade de Colônia tem cerca de 550 exemplares, entre os séculos XIII e XVIII, sendo que a maior concentração de material é pertencente à Idade Média. Cada livro tem cerca de 40 cm x 30 cm de tamanho e uma média de 400 páginas. Não há

Cybele Crossetti de Almeida é professora mestra no Departamento de História do IFCH/UFRGS.

nenhuma edição completa, nem como resumos,⁵ o que torna o trabalho do pesquisador semelhante ao de um garimpeiro. Outra séria dificuldade é o fato de que os *Schreinsbücher* seguem uma ordenação espaço-temporal, o que torna a busca por bens de algumas famílias específicas extremamente trabalhosa.

Também os testamentos são fontes importantes para a reconstrução do espaço e do imaginário medieval, pois fornecem informações valiosas como o lugar de moradia, doações para amigos e parentes, obras pias, o local do enterro etc. Cruzando essas informações, é possível perceber a preocupação com a vida *post mortem* e a relação algo contraditória de indivíduos do grupo mais rico com a própria riqueza, devido ao preceito bíblico de que é “mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus”. Desse modo, embora riqueza fosse uma das condições para a ascensão social, percebe-se nos testamentos o desejo de legitimar ou “purificar” os bens adquiridos, muitas vezes de forma não perfeitamente legal. Exemplo dessa preocupação encontra-se nos testamentos de Mathias von Kneyard e Hadewigis,⁶ de 1398, e de Gerhard von Lintlair,⁷ de 1397. Também Johann von Rinck, um dos mais destacados membros do grupo político da cidade, após se retirar da atividade comercial, registra em seu testamento de 1512 que tinha consciência de ter pecado, mesmo involuntariamente, durante a sua vida de negociante, e, por isso, deixava uma grande quantidade de bens para os pobres, especialmente crianças e mulheres. E embora tivesse ganho a maior parte da sua riqueza no comércio, deixa claro que não gostaria que seus filhos seguissem este caminho (Irsigler, 1973, p.322-323). O modelo encontrado em Colônia corresponde ao “ritual da morte” descrito por Philippe Ariès (1989, p.69-70), que incluía o pedido de perdão aos parentes, a reparação de faltas cometidas, a escolha do local de sepultura etc. e a reparação de pecados através de obras pias para igrejas e instituições de caridade.

A análise das fontes mostra a forma como era encarada a questão da riqueza e pobreza, já que ambas tinham seu lugar no plano divino para a realidade humana. Como mostra a repetida crítica e advertência ao pecado da avareza, a riqueza deveria ser usada não apenas em benefício próprio, mas também para o bem da comunidade, e é deste modo que igrejas e hospitais beneficentes proliferaram em Colônia. Essas obras foram um importante suporte para o crescimento da cidade, que, com uma população entre 30 e 35 mil habitantes em fins da Idade Média, era uma das maiores cidades ao norte dos Alpes. Essas construções e doações serviram também para legitimar o poder exercido pelo

grupo dominante, dentro da concepção de que pobres e ricos tinham um papel importante na vida da comunidade. Assim, a própria arquitetura⁸ dessa cidade conta em parte a história de disputa de poder entre as famílias do grupo dirigente, cuja luta por prestígio e *status* deixou suas marcas: uma grande quantidade de hospitais, capelas e casas, algumas delas ainda preservadas. Processo semelhante, de afirmação do grupo dirigente, pode ser visto ainda hoje em Bologna, Itália, cujas torres demonstravam o poder e riqueza das famílias rivais. Em Colônia, essa demonstração de poder traduz-se através das 24 igrejas, 26 capelas, 25 mosteiros e 32 hospitais, diretamente criados ou subsidiados pelos habitantes da cidade (Keussen, 1986, p.147-156). Mas, para evitar cair em reducionismos, é necessário acrescentar que não apenas os grupos mais ricos e diretamente envolvidos nas disputas políticas faziam essas doações. Alguns dos testamentos preservados do grupo de artesãos mostram que, embora com variações no valor, a regra geral era deixar-se bens para obras pias, como mostra o testamento de Stet-zis van Berge, farmacêutico, e sua mulher, Lysabeth, em 1475.⁹

No entanto, por tratar-se de fontes que registram bens imóveis e as rendas advindas destes, os *Schreinsbücher* podem ser decepcionantes para quem se interessa especialmente pelos grupos marginais ou pelas classes baixas,¹⁰ cuja quantidade de bens próprios é sensivelmente menor que a dos grupos mais abastados. Como os registros de negócios de aluguel¹¹ – que também tinham seu lugar na cidade – não eram feitos nos *Schreinsbücher*, perde-se, assim, a possibilidade de um estudo mais sistemático destes grupos. Mesmo assim, ainda há uma quantidade razoável de artesãos (ourives, padeiros, alfaiates etc.) que são mencionados nos *Schreinsbücher*. Caso não tenham tido participação política ou disputas judiciais – uma das poucas possibilidades de obter-se informações sobre este grupo são os *Schreinsbücher*. Pelo fato dos artesãos serem, via de regra, registrados com as suas profissões (ao contrário dos comerciantes), oferecem a chance de identificar redes de vizinhança e cooperação que são um indício das confrarias e corporações profissionais, uma característica importante da cidade medieval. Em Colônia, esse tipo de organização social e espacial deu origem ao nome de muitas ruas, como *Unter Hutmacher*, *Unter Goldschmied*, *Weberstrasse* (respectivamente: dos chapeleiros, dos ourives, dos tecelões). Além da proximidade geográfica, pode-se notar uma tendência para casamentos endogâmicos também nos meios de artesãos, o que é algo interessante de relacionar com a tendência endogâmica dos segmentos mais abastados.

TOPOGRAFIA E ESTRUTURAS DE PODER

Discutir a topografia das cidades medievais significa, em grande parte, discutir relações de vizinhança. Vizinhança é um elemento importante das relações sociais e políticas desse período, dentro do conceito de *Verflechtung* (*reseau, network*) desenvolvido por Reinhard (1979), e também presente no trabalho de Sieh-Burens (1986). Também Rüthing (1981, p.20), em seu estudo sobre a cidade de Höxter, demonstrou que a vizinhança era um dos fatores responsáveis pela definição de uma política matrimonial. Esses exemplos permitem considerar a vizinhança como um critério para a diferenciação e estratificação social nas cidades medievais e modernas, conclusão também apoiada por Isenmann (1988, p.63). Este autor define topografia como uma espécie de “organização corporativa” (p.60) da sociedade medieval, pois esta seria determinada através de critérios jurídicos, religiosos, econômicos e sociais (p.60). Estudos clássicos (como os de Planitz¹² e Keussen¹³) deixaram esses aspectos freqüentemente em segundo plano, o que recentemente vem sendo resgatado por pesquisas prosopográficas, como é o caso dos trabalhos de Sieh-Burens, Teofilo Ruiz e Peter Burke. Neste sentido, é possível trabalhar com os conceitos de topografia e vizinhança como instâncias de contato social¹⁴ do grupo dominante.

A essa interpretação pode-se acrescentar o mapeamento dos diferentes segmentos urbanos e entender as relações de vizinhança como uma forma de *comunicação* entre estes, isto é, também nas relações entre a camada dirigente e a camada dirigida, pois o conceito de comunicação é um dos elementos centrais para a compreensão da sociedade medieval, como demonstram os trabalhos de Giel (1998) e Althoff (1997). Deste modo, fatores como a concentração ou dispersão espacial dos ricos e poderosos podem ser relacionados com o fechamento ou abertura do grupo dirigente a novos elementos.

Mas o que pode nos dizer a vizinhança sobre a vida de uma cidade medieval? Esta questão pode ser explicada utilizando o exemplo de Burgos. Esta cidade – uma das mais importantes do reino de Castela – mostra um modelo de “segregação” social e política que se reflete na própria topografia da cidade. O trabalho de Teofilo Ruiz (1994, p.218) sobre Burgos mostra que a elite de cavaleiros-vilões – os cavaleiros não nobres que controlam a vida política da cidade – morava em uma rua principal, a Rua de Sanct Llorente, ou nas suas imediações. Este desenvolvimento não é exclusivo de Burgos, podendo também ser observado em outras cidades castelhanas como Ávila e Valladolid (Ruiz, 1994, p.251).

Cidades alemãs, como Colônia e Augsburg,¹⁵ no entanto, seguiam um padrão diferente de organização social, sem uma divisão nítida entre os indivíduos da camada dirigente e os da camada dirigida. Para Colônia, embora considerando procedente a distinção entre bairros mais ricos e mais pobres, conforme apontado por Keussen (1986, p.81-82),¹⁶ percebemos que as famílias mais influentes tinham propriedades e moravam em vários bairros, como mostram os *Schreinsbücher*, testamentos e listas de impostos de 1487.

Das famílias que constituem o núcleo deste estudo, a mais antiga é a família von Hirtze. Membros dessa família tinham casas e rendas em sete bairros diferentes (Severin, Brigida, Aposteln, Laurenz, Peter, Martin e Columba). Os membros dessa família, além de fornecerem quadros político-administrativos para Colônia, como os demais, foram eminentes mecenas e benfeitores da cidade, na qual se destaca o convento von Hirtz na Minoritenstraße e um convento com o mesmo nome Römersstraße (Keussen, 1986, p.150-151). A família mais nova, os Wasservase, detinha casas e rendas em oito bairros diferentes (Columba, Niederich, Eigelstein, Hacht, Laurenz, Aposteln, Peter e Brigida). Entre os Wasservase, é possível constatar uma maior concentração de propriedades no Bairro St. Columba, no qual se localizava a primeira propriedade adquirida pela família, e que oportunizou a mudança do nome do patriarca. Gerhard von der Hennen. Gerhard (que em algumas fontes aparece com o seu nome na versão latina “de *Gallina*”) adquiriu a casa von Wasservase em 1407,¹⁷ passando a chamar-se deste modo. Dez anos mais tarde, foi eleito membro do conselho da cidade, inaugurando uma tradição que a família Wasservase manteria até 1520. A associação do nome da família e do nome da casa não é uma particularidade da cidade de Colônia: Christiane Klapisch-Zuber (1990) registra o mesmo mecanismo para as cidades da Itália renascentista. No caso dos Wasservase, a concentração nesse bairro talvez esteja ligada a uma maior necessidade de afirmação, o que transparece também no serviço de vários membros dessa família como oficiais da paróquia de St. Columba. A família Dauwe, que se situava entre os Hirtze e os Wasservase,¹⁸ tinha casas e rendas em treze bairros diferentes (Airsbach, Niederich, Weyerstraße, Martin, Peter, Severin, Aposteln, Dilles, Columba, Hacht, Brigida, Alban e Laurenz). Além do dado econômico em si,¹⁹ a dispersão em diferentes bairros fornecia aos membros dessas famílias a possibilidade de atuar como oficiais (*Amtmann*) em várias delas, e, assim, aumentar a chance de chegar a conselheiro ou prefeito da cidade, já que a condição de oficial de paróquia era o primeiro passo do *cursus honorum* em Colônia.²⁰ Jacob von

Dauwe, por exemplo, antes de ser eleito conselheiro pela primeira vez em 1409, aparece como oficial das paróquias de St. Peter,²¹ St. Alban,²² St. Brigida²³ e St. Severin.²⁴ Johann von Hirtze, cujo modelo de carreira encontra-se em anexo, foi eleito membro do conselho em 1484, mas bem antes disso aparece como oficial das paróquias de St. Martin,²⁵ St. Alban,²⁶ St. Columba,²⁷ St. Brigida²⁸ e St. Severin.²⁹

Para outras famílias do grupo dirigente,³⁰ observa-se o mesmo padrão de dispersão em vez de concentração. Mas qual o significado desse quadro? Uma possível interpretação é que a nova elite urbana que ascendeu ao poder em Colônia após a revolução de 1396³¹ seguiu, neste aspecto – entre outros –, o modelo da elite patrícia que ela havia substituído. Deste modo, em vez de demonstrar o seu poder ostensivamente, o que poderia provocar reações de descontentamento entre a população, a elite da cidade renana teria optado por uma forma mais discreta de exercer o seu poder.

Outra explicação possível – complementar à anterior – é que a nova elite de Colônia devia sua posição a uma base jurídica – a Constituição de 1396 ou *Verbundbrief* – que vetava a participação privilegiada de qualquer grupo na direção política da cidade, orientando-a em critérios de participação segundo a organização corporativa. Com isso, cargos como os de membro do conselho da cidade, prefeito etc. eram eletivos com um mandato de um ano, com a proibição explícita de reeleição nos dois anos seguintes. Como esses cargos eram em parte eletivos e em parte preenchidos segundo um critério de cooptação política³² – isto é, eleitos pelos próprios membros do conselho, no qual o grupo dos artesãos era majoritário –, não seria uma decisão sábia, do ponto de vista político, que o grupo dirigente se distanciasse demasiado da sua “base” de eleitores e clientes. A situação em Castela era bem diferente. A elite urbana castelhana era escolhida não pela própria comunidade ou corporações de ofício, mas pela Coroa,³³ podendo manter-se nas funções político-administrativas da cidade de maneira vitalícia, o que a tornava mais autônoma em relação ao conjunto da população do que no caso de Colônia. Assim, podemos ver uma mensagem – não necessariamente consciente – na dispersão topográfica que caracteriza a camada dirigente em Colônia: nós, os poderosos, os ricos, os cavaleiros e doutores da cidade somos, na realidade, cidadãos normais. O caminho para o topo está aberto para os que quiserem e ousarem subir.

A elite de Colônia distancia-se também da elite castelhana – e não tanto da comunidade da qual fazia parte – no sentido de que, em Colônia, todos os cidadãos pagavam impostos,³⁴ embora predominantemente na forma de impostos indiretos, enquanto nas cidades castelhanas os habitantes

eram divididos entre os *pecheros*, que pagavam impostos, e a elite de cavaleiros-vilões, que – à semelhança da nobreza – não pagava impostos.

As relações entre o grupo dirigente e o grupo dirigido nem sempre podem ser facilmente compreendidas, devido ao caráter complexo das relações clientelísticas que pautavam a convivência dos diferentes grupos da hierarquia social, cuja composição varia de acordo com a história prévia e a forma de inserção na estrutura macropolítica (reinos), como mostra a comparação entre as elites de Burgos e Colônia. Deste modo, as relações de poder e a própria organização espacial das cidades medievais eram informadas pelo contexto maior no qual se inseriam, como mostra a tabela a seguir:

Relação entre formas de poder local e central³⁵

Critérios/países	Alemanha	França	Espanha
Grau de centralização monárquica	fraco	médio	Forte
Grau de autonomia do governo urbano	forte	médio	fraco

Alemanha, França e Espanha representavam, na Idade Média, condições macroestruturais bastante diversas (com matizes que vão desde uma estrutura feudal típica e pouco centralizada até um feudalismo atípico e bem centralizado) que permitiram a constituição de elites locais com maior ou menor autonomia. Apesar de algumas variantes regionais que não podem ser desprezadas, eles constituem uma gradação de diferentes graus de centralização monárquica, inversamente proporcional à autonomia dos grupos dirigentes locais.

As leis suntuárias³⁶ também eram, em grande parte, definidas pelas relações de poder em nível macro e micropolítico. Enquanto nas cidades alemãs – com um grau de autonomia bem maior que suas congêneres ibéricas – as leis limitando os gastos e a ostentação partiam dos próprios grupos dirigentes locais, em Castela, essas leis foram impostas “de cima”, por reis que, como Afonso X,³⁷ pretendiam e precisavam conter uma nobreza rebelde. Mas enquanto os nobres eram atingidos por leis que limitavam a ostentação e o luxo, a elite urbana de cavaleiros-vilões era convocada a exhibir em uma “parada” anual – *alarde*³⁸ – seus cavalos e armas de guerra, símbolo e fonte do seu poder.

Além dos determinantes macroestruturais, as relações de poder na cidade medieval assentavam no que Monnet (1996, p.65) define como o “tripé do poder”: riqueza, prestígio e poder. Embora indissociáveis, cabe perguntar como esses fatores se relacionavam, se cooperavam ou, ao con-

trário, poderiam entrar em conflito. Exemplar neste último sentido é o abandono progressivo da atividade comercial direta – que trazia maiores ganhos, mas também maiores riscos – pela situação de *rentier*, que também favorecia a atividade política (de prestígio indiscutivelmente maior que a de comerciante), atividade que, com a complexificação da administração das cidades ao longo da Idade Média, ocupava uma quantidade de tempo cada vez maior daqueles que a ela se dedicavam. Também alguns exemplos “domésticos” apontam neste sentido, como o casal Johann e Gretgin von Hirtze. Johann, cuja carreira encontra-se em ficha em anexo, foi um homem público, religioso e polêmico. Pouco antes de morrer, encomendou a construção de uma capela para si na igreja de St. Maria ad Gradus, em Colônia, onde jaziam seus pais. Os registros nos *Schreinsbücher* imediatamente após a sua morte mostram como Gretgin, a viúva, precisou vender algumas propriedades para pagar dívidas do marido,³⁹ entre elas a da capela. Aparentemente, a preocupação com o “bem-estar” *post mortem* poderia mesmo superar a preocupação com os vivos. A cidade medieval convivia, portanto, tanto no plano físico quanto no imaginário, com o que Philippe Ariès (1989, p.25) chamou “a coexistência dos vivos e dos mortos”. E essa coexistência transportava as noções de hierarquia presentes no mundo dos vivos para o mundo dos mortos, como já apontado por Ariès e, mais recentemente, por Oepen (1999, p.58), para a cidade de Colônia, em um estudo sobre o livro dos mortos da igreja St. Maria im Kapitol. Quanto maior a riqueza e a influência política de uma família, maiores eram os investimentos na construção de capelas privadas, as ricas doações às igrejas e mosteiros que garantiam um lugar disputado próximo ao altar e, através das missas *ad aeternum* encomendadas nos testamentos, a possibilidade de encurtar o período de espera no purgatório.

CONCLUSÃO

Na Idade Média, vizinhança era uma ligação importante entre os indivíduos. A vizinhança reunia indivíduos, dava-lhes uma identidade comum (ligada a um santo patrono da paróquia), garantia um grupo de apoio para auxílio mútuo, uma comunidade de devoção. Assim sendo, é compreensível que o fator vizinhança tivesse também um papel importante nas relações políticas e econômicas da cidade medieval. Deste modo, o que chama a atenção não é o fato de grupos artesãos se reunirem em torno de determinados bairros, mas sim o fato do grupo dirigen-

te, composto majoritariamente por comerciantes, não seguir esse modelo. Isso talvez se deva ao fato de, por tratar-se do grupo que definia os rumos da cidade, identificarem-se não com um bairro em particular, mas com a cidade como um todo.

Do ponto de vista da análise topográfica, parece bastante significativo o fato de que em Colônia não encontramos um processo de concentração das residências das famílias mais poderosas em determinado bairro ou rua, como constatou Ruiz (1994, p.218) no seu estudo prosopográfico sobre a cidade de Burgos, em Castela medieval. Considerando que em ambas as cidades o peso do elemento comercial como fonte de sustentação da elite urbana é bastante nítido, não podemos buscar a resposta para esses diferentes modelos de ocupação do solo urbano exclusivamente na economia. Em Burgos, Ruiz aponta para a *concentração* da elite urbana de cavaleiros-vilões na Rua de Santo Llorente, eixo leste-oeste, que cortava a cidade e por onde passava a rota de peregrinação de Santiago de Compostela, um dos elementos-chave para o crescimento de Burgos. Em Colônia, também estamos diante de uma cidade de marcada feição comercial, como já apontado em inúmeros estudos.⁴⁰ A explicação para o fato da elite dirigente de Colônia não estar concentrada em determinado bairro deve ser, portanto, procurada em outras causas. Neste sentido, penso ser possível fazer uma leitura desses modelos opostos de topografia (*concentração* versus *dispersão* da elite)⁴¹ como formas diferentes da compreensão de si mesmo e de representação das elites urbanas: como mensagens de integração ou isolamento do grupo dirigente ante as suas comunidades. A elite de Burgos era um grupo bastante fechado, ciente dos seus privilégios de origem militar, que mantinha o poder político na cidade com base em poderio econômico e nos favores obtidos da Coroa em troca do seu apoio na luta contra muçulmanos e nobres rebeldes.

A elite de Colônia (especialmente após a revolução de 1396) era composta por um grupo enriquecido de cidadãos, cuja eleição dependia da comunidade (através da representação política desta nas *Gaffeln*), enquanto em Burgos (e várias outras cidades de Castela), alguns dos cargos políticos mais importantes eram de nomeação real,⁴² caracterizando o que Ruiz (1994, p.188) define como a “progressiva relação simbiótica entre as elites urbanas e a Coroa”.

Nesse contexto, é possível pensar que os diferentes padrões topográficos sinalizam uma elite mais fechada e ciente de seu papel de destaque na comunidade em Burgos, enquanto em Colônia (cidade que sofrera uma revolução exatamente para forçar a abertura do grupo dirigen-

te), a nova elite que começa a formar-se após 1396 pretendia exatamente evitar esse distanciamento, uma vez que a sua posição de mando dependia de votos obtidos na comunidade e das relações de clientela que as famílias mais importantes estabeleciam com ela.

A análise extra-econômica dos registros de imóveis é importante devido ao caráter particular de sociedade medieval, na qual a organização espacial corresponde, via de regra, a características particulares dos diferentes grupos profissionais (corporações) e religiosos (confrarias), que têm na igreja paroquial o seu ponto de encontro. Em torno delas, agrupavam-se artesãos e comerciantes que tinham na religiosidade um denominador comum. A proximidade desses grupos, que eram conjuntamente responsáveis pelas suas paróquias e pela administração da cidade, possibilitava o diálogo e a extraordinária estabilidade que, fora alguns episódios de revolta popular (em 1396, 1481 e 1513), caracteriza a história política de Colônia na Idade Média tardia. Desde a nova constituição elaborada após a revolta de 1396, a cidade era governada por um conselho unificado que tinha no “*gemeinen Nutzen*” (o bem comum) o seu argumento legitimador, responsável por uma realidade que, à parte as disparidades de riqueza e poder de seus habitantes, conferia aos seus cidadãos (*Bürger*) a proteção da cidade, tanto em termos jurídico-políticos quanto também religiosos, pois os muitos santos da *sancta Colonia* (Militzer, 1986, p.16) zelavam pelos seus. A cidade era rica, mesmo que nem todos os seus habitantes o fossem. E, para além da riqueza material, era importante a forma como a riqueza era concebida.

O importante, nas cidades medievais, não era apenas o quão rica era uma família, mas também a forma *como* ela utilizava a sua riqueza. E fazia parte do conjunto de obrigações não escritas do grupo dominante o cuidado com os pobres, com a defesa e manutenção das cidades. Dessa forma, os mecanismos de exercício de poder proporcionavam uma espécie de “distribuição de riqueza”,⁴³ base do acordo entre dirigentes e dirigidos. E nisso, talvez, resida uma das maiores diferenças entre as sociedades urbanas pré-industriais e as posteriores.

NOTAS

1. Este trabalho é parte da tese de doutorado que desenvolvo e que tem por tema as relações de poder na cidade de Colônia na Idade Média tardia.
2. Sobre a prosopografia, vide os artigos de Stone, L. *Prosopographie*, In: Daledalus, C (1971), 46-79 e BULST, N. *Über das Gegenstand und der Methode der Prosopographie* In: BULST, N./GENET, J.-P. *Medieval Lives and the*

- Historian: Studies in Medieval Prosopography*, (Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982), Michigan, 1986, p.1-16. Traduza este último artigo que deve ser publicado em breve.
3. Como mostra o estudo das elites de Veneza e Amsterdã de Peter Burke (1991).
 4. *Schreinsbücher* são registros de diferentes tipos de negócios imobiliários, como compra e venda, transmissão por herança e outros. O nome *Schreinsbüch* significa “livro do armário”, porque estes livros de registro – tão importantes para a população medieval quanto para o medievalista – eram guardados em armários trancados à chave.
 5. Para uma visão de conjunto é útil a consulta ao *Verzeichnis der Kölner Schreinskarte und Schreinsbücher*, de Keussen, que contém informações úteis sobre o estado dos livros, levantamento de ruas ou mercados contidos em cada livro.
 6. Test. 3/K 486.
 7. Test. 3/I 266.
 8. Parcialmente recuperada após a Segunda Guerra Mundial.
 9. Test. 3/B 344.
 10. Aquele segmento ao qual os historiadores se referem por vezes como *nameless* lembrados geralmente como recebedores de benefícios da caridade pública e da Igreja ou pelas suas manifestações violentas (vide Ruiz, 1994, p.235).
 11. Este problema pode ser parcialmente solucionado comparando os dados dos *Schreinsbücher* com os de uma lista de impostos de 1487, na qual foram registrados todos os imóveis de Colônia, em alguns casos também com referências aos inquilinos.
 12. Planitz (1996). Vide especialmente a parte II. “Stadtgründungen und Topographie”, p.161 e seguintes, onde topografia é encarada de uma maneira puramente descritiva, sendo os aspectos sociais abordados em outro segmento.
 13. Keussen acentua predominantemente os aspectos jurídicos.
 14. Sieh-Burens (1986, p.71) relaciona a vizinhança com os dados de uma “topografia social”.
 15. Para Augsburg, vide Sieh-Burens (1986, p.71 e seguintes).
 16. Sieh-Burens (1986, p.70-71) registra a mesma situação para Augsburg.
 17. Na realidade, tratam-se de duas casas num mesmo terreno, *größe e kleine Wasservase*, Schrb. 164/40r.
 18. Tanto em termos de antiguidade quanto em termos de poder e *status* nas primeiras décadas do século XV.
 19. Que aponta para uma tendência em direção ao predomínio da situação de *rentier* no grupo dominante, como verificada por Burke (1991, p.145) para Veneza e Amsterdã.
 20. Vide ficha do catálogo prosopográfico anexada a título de ilustração no final deste artigo.
 21. Amtleutbuch Peter, G 338, f. 22r.

22. Amtleutebuch Alban, G 333, f. 20r.
23. Amtleutebuch Brigida, G 334, f. 19v.
24. Amtleutebuch Severin, G 341, f. 19r.
25. Amtleutebuch Martin, G 337, f. 55v.
26. Amtleutebuch Alban G 333, f. 27r.
27. Amtleutebuch Columba G 335, f. 49v.
28. Amtleutebuch Brigida, G 334, f. 32v.
29. Amtleutebuch Severin, G 341, f. 26v.
30. Como os Lyskirchen, von der Eren e outros, parceiros políticos e parentes das famílias mencionadas.
31. Revolução é o conceito normalmente utilizado para descrever esse movimento de revolta de artesãos e comerciantes, liderado pelos últimos, contra o antigo patriciado da cidade de Colônia. O termo é estranho às fontes da época, que se referem a esse e a outros movimentos semelhantes como *sedicio*, *tumultus*, *Krieg*, *Auflauf*, vide Militzer (1980, p.143).
32. É o mecanismo chamado *Gebrech*, literalmente: o restante, isto é, um número de 13 conselheiros que não eram eleitos diretamente pela comunidade organizada em *Gaffeln* (organização política que tinha por base as corporações de ofício e de comerciantes), mas sim eleitos pelos seus pares conselheiros. A instituição da *Gebrech* tem sido freqüentemente apontada como um dos principais elementos no processo de oligarquização do grupo dirigente em Colônia. Vide Militzer (1983, p.143), Herborn (1977, p.338-329) e Herborn (1980, p.31 e 35).
33. Vide Ruiz (1994, p.187e seguintes) e também Diago Hernando (1995, p.85-134).
34. Com exceção dos membros do clero.
35. Esta questão vem sendo desenvolvida por mim com alunos de iniciação científica desde maio de 1998, no projeto de pesquisa “Elites urbanas na idade média tardia: um estudo comparativo”.
36. Sobre este tema, vide os interessantes artigos de Bulst, N. Kleidung als sozialer Konfliktsstoff. Probleme kleidergesetzlicher Normierung im sozialen Gefüge, In: *Saeculum*, 44 (1993), p.32-46 e Bulst, N. Zum Problem städtischer und territorialer Kleider-, Aufwands- und Luxusgesetzgebung in Deutschland (13.-Mitte 16. Jahrhundert). In: Gouron, A./Rigaudière, A. (Dir.), *Renaissance du pouvoir legislativ et genése de l'État*, Montpellier, 1988, p.21-53.
37. Como, por exemplo, Afonso X, o sábio, que teve que enfrentar uma forte oposição da nobreza durante o seu governo. Vide Ruiz (1979, p.557).
38. Sobre o alarde, vide Ruiz (1994, p.254).
39. Vide Schrb. 169/272r e 169/262v.
40. Vide, por exemplo, Winterfeld, Luisa. Handel, Kapital und Patriziat in Köln bis 1400. In: *Pfingstblätter des Hansischen Geschichtsverein* (Lübeck) Blatt XVI (1925), p.3-83.
41. A dispersão da elite era também a tendência predominante em Augsburg, como evidenciado pelo estudo prosopográfico de Sieh-Burens (1986, p.71).

42. E cujo exercício tende a tornar-se não apenas vitalício, mas também hereditário, como salienta Ladero Quesada (1996, p.49), enquanto em Colônia todos os cargos são eletivos e não podem ser ocupados por um mandato superior a um ano ou dois anos, com exceção do cargo de *Rentmeister* (responsável pelas rendas dos imóveis da cidade) que, principalmente nas primeiras décadas após a revolução, podia ser ocupado por um período maior de tempo.
43. Ariès (1989, p.74) afirma a existência de uma “redistribuição de rendimentos” através das doações testamentárias legadas às igrejas e aos pobres que elas atendiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHOFF, G. *Spielregeln der Politik im Mittelalter: Kommunikation in Frieden und Fehde*. Darmstadt, 1997.
- ARIÈS, Ph. *Sobre a história da morte no Ocidente desde a idade média*. Lisboa: Teorema, 1989.
- BULST, N. Über das Gegenstand und der Methode der Prosopographie In: BULST, N./GENET, J.-P. (Ed.). *Medieval Lives and the Historian: Studies in Medieval Prosopography*. Proceedings of the First International Interdisciplinary Conference on Medieval Prosopography, University of Bielefeld, 3-5 December 1982, Michingan, 1986, p.1-16.
- BULST, N. Zum Problem städtischer und territorialer Kleider-, Aufwands- und Luxusgesetzgebung in Deutschland (13.-Mitte 16. Jahrhundert). In: GOURON, A./RIGAUDIÈRE, A. (Dir.), *Renaissance du pouvoir législatif et genèse de l'État*, Montpellier, 1988, p.21-53.
- BULST, N. Kleidung als sozialer Konfliktstoff. Probleme kleidergesetzlicher Normierung im sozialen Gefüge. *Saeculum*, 44 (1993), p.32-46.
- BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DIAGO HERNANDO, M. El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajomedievales: análisis comparativa de los ejemplos castellano y alemán. *En la España Medieval*, 18 (1995), p.85-134.
- GIEL, Robert. *Politische Öffentlichkeit im spätmittelalterlich-frühneuzeitlichen Köln (1450-1550)*. (Berliner Historische Studien, Bd. 29), Berlin, 1998.
- HERBORN, W. *Die politische Führungsschicht der Stadt Köln im Spätmittelalter*. (Rheinische Archiv 100), Bonn, 1977.
- HERBORN, W. Verfassungsideal und Verfassungswirklichkeit in Köln während der ersten zwei Jahrhundert nach Inkrafttreten des Verbundbriefes von 1396 dargestellt am Beispiel des Bürgermeisteramtes, In: EHRBRECHT, W. (Hrsg. v.) *Städtische Führungsschicht und Gemeinde in der werdenden Neuzeit*. Köln/Wien, 1980, p.25-52.
- IRSIGLER, F. Hansakaufleute: Die Lübecker Veckinchusen und die Kölner

- Rinck. In: *Hanse in Europa, Brücke zwischen den Märkten, 12.-17. Jahrhundert* (Ausstellung des kölnischen Stadtmuseums, 9. Juni-9. Sept. 1987), Colônia, 1973.
- ISENMANN, E. *Die deutsche Stadt im Spätmittelalter: 1250-1500*, Stuttgart 1988.
- KEUSSEN, H. *Topographie der Stadt Köln im Mittelalter*. 2 Bde. (Preis-Schriften der Mevissen-Stiftung) Bonn, 1910, Nachdruck Düsseldorf, 1986.
- KLAPISCH-ZUBER, C. *La maison et le nom: stratégies et rituels dans l'Italie de la Renaissance*. Paris, Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- LADERO QUESADA, M. F. *Las ciudades de la Corona de Castilla en la baja edad media (siglos XIII al XV)*. Madrid: Arcos Libros, 1996.
- MILITZER, K. *Ursachen und Folgen der innerstädtischen Auseinandersetzungen in Köln in der zweiten Hälfte des 14. Jahrhunderts*. Köln, 1980.
- MILITZER, Klaus. *Collen eyn kroyn boven allen steden schoyn*. Zum Selbstverständnis einer Stadt. *Colonia Romanica* 1 (1986), p.15-32.
- MILITZER, K., Kölner Gaffeln in der zweiten Hälfte des 14. Und zu Beginn des 15. Jahrhunderts. *Rheinische Vierteljahrsblätter*, 47 (1983), p.124-143.
- MONNET, P. *Doit-on encore parler de patriciat? (dans les villes allemandes de la fin du Moyen Age)*. *Bulletin d'Information de la Mission Historique Française en Allemangne*, n.32 juin 1 (1996), p.54-66.
- OEPEN, J. *Die Totenbücher von St. Maria im Kapitol zu Köln: Edition und personengeschichtlicher Kommentar*. (Studien zur Kölner Kirchengeschichte, Hrsg. v. Historischen Archiv des Erzbistums Köln, Bd. 32), Siegburg, 1999.
- PLANITZ, H. *Die Deutsche Stadt im Mittelalter: Von der Römerzeit bis zu den Zünfkämpfen*, Wiesbaden 1996.
- REINHARD, W. *Freunde und Kreaturen: Verflechtung als Konzept zur Erforschung historischer Führungsgruppen Römischer Oligarchie um 1600* (Schriften der Philosophischen Fachbereiche der Universität Augsburg, Nr. 14). München, 1979.
- RUIZ, T. *Crisis and Continuity: Land and Town in Late Medieval Castile*. (Middle Ages Series), Pennsylvania: Pennsylvania Press, 1994.
- RUIZ, T. *Expansion et changement: la conquête de Séville et la société castillane (1248-1350)*. *Annales E.S.C.* 3 (1979), S.548-565.
- RÜTHING, Heinrich. *Die Familie in einer deutschen Kleinstadt am Übergang vom Mittelalter zur Neuzeit: Materialien und Beobachtungen*, In: *Familie zwischen Tradition und Moderne: Studien zur Geschichte der Familie in Deutschland und Frankreich vom 16. bis zum 20. Jahrhundert*. Hrsg. v. N. BULST, J. GOY u. J. HOOCK (Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft, Bd. 48), Göttingen 1981, p.19-38.
- RÜTHING, H. *Der Wechsel von Personennamen in einer spätmittelalterlichen Stadt. Zum Problem der Identifizierung von Personen und zum sozialen Status von Stadtbewohnern mit wechselnden oder unvollständigen Namen*, In: BULST, N./GENET, J.-Ph. (Ed.). *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, Kalamazoo, Michigan, 1986, p.215-216.

- SIEH-BURENS, K. *Oligarchie, Konfession und Politik im 16. Jahrhundert: zur sozialen Verflechtung der Augsburger Bürgermeister und Stadtpfleger 1518-1618*, München 1986.
- STONE, L. Prosopographie. *Daedalus*, C (1971), 46-79.
- WINTERFELD, L. Handel, Kapital und Patriziat in Köln bis 1400, In: *Pfingstblätter des Hansischen Geschichtsverein* (Lübeck) Blatt XVI (1925), p.3-83.

Anexo 1

Carreira de **Johann v. Hirtze**, † 1495 em Pavia.¹

Pais: Everhard (I) v. Hirtze∞Elisabeth (Hirtze v.d. Landskronen)²
Irmãos: Ritters Everhard (II) v. Hirtze∞Agnes NN ³
Casamento: Grietgin (filha de Wolter Rotkirchen)⁴
Filhos: nenhum filho legítimo, teve um filho ilegítimo também chamado Johann⁵
Formação: Doutor em Direito Civil E Canônico⁶

Oficial de paróquia	Conselheiro	Prefeito	<i>Rentmeister</i> ⁷	Cargos do conselho	Outros
Após 1444: Martin ⁸					
Após 1448: Alban ⁹					1455: matriculado na univ. de Colônia ¹⁰
Após 1468: Columba ¹¹					1459: escolast. e vice-reitor da Univ. Orléans ¹²
					1476: reitor da Univ. Colônia ¹³
					1478 e 1485: viaja para Roma ¹⁴
	1484: Gaffel Wollenamt ¹⁵			1484: mestre de sentenças	
				1485/1486: membro da câmara de contas ¹⁶	1485: decano da Univers. ¹⁷
1486: Columba ¹⁸					1486: renuncia à cidadania de- vido à pereg. ¹⁹
					1487: processo contra Johann e Mathias Kramer ²⁰
1488: Brigida ²¹	1488: Gaffel Wollenamt			1488: mestre de sentenças	1488: representa Colônia ante o imperador ²²
		1489/1490			1489: provisor da univers. 1489/1490: processo contra Mat Kramer ²⁵
			1490/1492 ²⁶		1490: representa Colônia no Reichstag em Engers ²⁷
Após 1490: Severin ²⁸	1491: Gaffel Wollenamt			1491: mestre de registros	1491: representa Colônia Reichstag em Nürnberg ²⁹
		1492/1493			
					1493/1494: processo contra desvaloriz. da moeda ³⁰
	1494: Gaffel Wollenamt				1494: pede desligamento do seu juramento como conselheiro do imperador ³¹

- ¹ Stadt Chronik 14, p. 897. Vide também Schreinsbücher 169/262v, 169/265r, 169/266r, 462/209r, 169/267r-v, 169/269v.
- ² Schreinsbücher 169/231r, 468/169v, 94/64r, 468/172r, 468/147r, 468/176v, 468/177v.
- ³ Schreinsbücher 169/231r, 468/169v, 94/64r, 468/172r, 468/147r, 468/176v, 468/177v.
- ⁴ Testamento do casal de 1495, março, 27 (H 3/696), e o testamento de Grietgin como viúva, de 1502, outubro, 25 (H 3/698). Ela reivindica o “Privilegium fori universitatis”, como viúva de um membro da universidade, vide Mitteilungen aus HASStK 36/37, p.287. Vide, também, Schreinsbücher 456/69r, 169/232r, 181/147r.
- ⁵ Testamento (H 3/695) do cavaleiro Johann v. Hirtze, seu tio; vide Kuske, Quellen, S. 267, Nr. 124. Este filho foi matriculado em 1480 na universidade de Colônia – na faculdade de Artes, vide Keussen, Matrikel II, p. 92, Nr. 369: “Joh. de Cervo, fil. naturalis spectabilis et egregii d. et m. Johannis de Cervo, u. iur. dr. famosissimi, ordinari lectionis iuris can., de quo n. ob rev. sui genitoris accepi, nec i., quia nondum pubes, sed idem genitor suus promisit sub debito prestiti iuramenti por eo, dum ad annos pubertatis pervenerit, quod statim iurare”.
- ⁶ Keussen, Matrikel I, S. 589-590, Nr. 20: “postea utriusque iuris dr. et burgimagister”.
- ⁷ Na falta de um conceito equivalente em português, optei por utilizar o original em alemão com a devida explicação: *Rentmeister* eram, numa tradução livre, “mestres das rendas”, isto é, os oficiais eleitos pelo conselho para fiscalizar e organizar as contas – rendas e débitos – da cidade.
- ⁸ Amtleutbuch Martin, G 337, f. 55v. Liste datada - 1444 - na f. 55r.
- ⁹ Amtleutbuch Alban, G 333, f. 27r. Liste datada na f. 26v: 1448.
- ¹⁰ Keussen, Matrikel I, p. 589-590, Nr. 20: “postea utriusque iuris dr. et burgimagister”.
- ¹¹ Amtleutbuch Columba, G 335, f. 49v. “her Joh. v. Hirtze, Dr.”. O título “Herr” foi provavelmente acrescentado posteriormente. Aqui, ele é mencionado juntamente com o seu tio, o cavaleiro Johann v. Hirtze, e com seu pai, Everhard (I). A data -1468 - está na f. 49r.
- ¹² Keussen, Matrikel I, p.589-590, Nr. 20.
- ¹³ Keussen, Matrikel I, p. 590, Nr. 20.
- ¹⁴ Keussen, Matrikel I, p. 590, Nr. 20. Vide Mitteilungen aus HASStK 36/37, p. 220: “in städtischen Angelegenheiten” (isto é: para tratar de assuntos da cidade).
- ¹⁵ Por que Johann v. Hirtze abandonou a tradição da sua família no tocante à vinculação à prestigiada Gaffel Eisenmarkt, trocando-a pela Gaffel Wollenamt? Uma explicação possível seria uma mudan-

- ça devido a motivos pragmáticos: a avaliação de que eventualmente seria mais fácil obter a eleição pela Gaffel Wollenamt (a única a eleger quatro conselheiros), o que parece consideravelmente plausível uma vez que – apesar do seu inegável prestígio – ele não foi eleito uma única vez por cooptação, isto é, pelo *Gebrech*. A ruptura com a tradição por motivos pragmáticos – mais ou menos claros – parece algo novo no comportamento político do patriciado de Colônia, e pode ajudar a compreender melhor a auto-imagem deste segmento.
- ¹⁶ Knipping, Stadtrechnungen, p. XLI (Samstags- e Freitagsrentkammer).
 - ¹⁷ Mitteilungen aus HASStK 36/37, p.243.
 - ¹⁸ Amtleutbuch Columba, G 335, f. 50r: “her Joh. v. Hirtze, Dr.”. O título “Doktor” foi acrescentado posteriormente.
 - ¹⁹ Mitteilungen aus HASStK 36/37, p.245: “um beiderseitige Schädigung zu verhüten”.
 - ²⁰ Mitteilungen aus HASStK 36/37, p.248. Leva o processo diante do reitor da Universidade como “seinen gebührlichen Richter” (seu juiz por direito). O motivo para a disputa – raramente mencionado nos processos – está provavelmente na disputa entre o seu tio, o cavaleiro Johann von Hirtze, e os filhos – do primeiro casamento – da segunda mulher deste, Stingin, viúva de Heinrich Kremer.
 - ²¹ Amtleutbuch Brigida, G 334, f. 32v, “her meister Johan v. Hirtze, doctor”.
 - ²² St. Chr. 14, p.873.
 - ²³ Sobre Johann v. Hirtze como prefeito, vide Herborn, Rekonstruktion, p.130.
 - ²⁴ Mitteilungen aus HASStK 36/37, p.253.
 - ²⁵ Mitteilungen aus HASStK 38, p.21: “Johann v. Hirtze, Dr. jur., Rentmeister versus Mathias Kremer -injurie; Hirtze hatte Kremer für unwürdig des Ratsanges und der Ratsämter erklärt wegen Verschmähung der städtische Gerichte”.
 - ²⁶ Knipping, Stadtrechnungen, p.XXXVII.
 - ²⁷ Ennen, Geschichte III, p.622.
 - ²⁸ Amtleutbuch Severin, G 341, f. 26v: “her Joh. v. Hirtze”. Datação na f. 26r.
 - ²⁹ Ennen, Geschichte III, p.624.
 - ³⁰ Mitteilungen aus HASStK 38, S. 23: “Dr. u. iur. Johann von Hirtze versus Drutgin, Witwe Syart, Münzmeister auf der Haesepforte”. Dazu noch [1494] Mitteilungen aus HASStK 39, p. 110: “Der päpst. Kommissar dr. decr. Leon. de Prommeren, Dechan v. S. Adalbert in Aachen, Diözese Lüttlich, bewiligt in Prozeß des dr. u. jur. Joh. de Cervo, cler. conigatus, gegen Arnold v. Eickingen, Brüger zu Nimwegen, und Drutg. Witwe Sifridi Münzmeister auf der Jasenpforte ‘iuramentum perhorrescentie’ und Ladung seines Gegner”.
 - ³¹ Mitteilungen aus HASStK 38, p.112. Vide, também, Mitteilungen aus HASStK 39, p.112.

Anexo 2

Carreira de **Godert (I) von Wasservase**, † ca. 1465 (169/212r)

Pais: Gerhard von Wasservase (von der Hennen) †Belgi

Irmãos: —

Casamento: 1º com Stingin (filha do ourives Arnold von Hofstede),
2º casamento com Clargin (filha de Heinrich Suderman)

Filhos: Godert e Gerhard

Oficial de paróquia	Conselheiro	Prefeito	<i>Rentmeister</i>	Cargos do conselho	Outros
Entre 1407 e 1428: Columba					
1428: Laurenz e Columba					
Entre 1429 e 1438: Brigida					
	1433/J: 11. Schw.				
1436: Columba	1436/J: 7. Ge				
		1437/1438			1437: compra rendas hereditárias para seus filhos
1438: Laurenz			1438/1440		
Entre 1438 e 1449: Brigida					
	1439/J: 2. Ge				
		1440/1441			1440: testemunha no caso Bongart <i>versus</i> Neuss
	1442/J: 1. Ge				
		1443/1444		1443: Stimmeister	
	1445/J: 1. Ge				
1446: Columba		1446/1447			
			1447/1449		1449: Pfändung v. Colônia e Bonn
	1448/J: 1. Ge.				
1449: Brigida					
		1450/1451			
	1451/J: 11. Schw.		1451/1453	1451: Meister zur Bank	
1452: Laurenz					1452: enviado da cidade junto ao imperador
		1453/1454			
	1454/J: 1. Ge.			1454/J: urteilmeister/ comissário	1454: provisor do hospital zum Spiegel e St. Johann Kapelle
				1455/J: Ratsricher	
		1456/1457			
	1457/J: 1/ Ge.			1457/J: Ratsricher e urteilmeister	